ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DA CÂMARA TÉCNICA E DO COMITÊ ESPECIAL TRIPARTITE (CET)

PROGRAMA ESPECIAL DE SAÚDE DO RIO DOCE

Data: 20 de maio de 2026
Horário: 10h às 16h00
Local: Ministério da Saúde Ed. Sede – 9º andar, Sala Síntese – Híbrida
Participantes apresentados (nominalmente):

- Alvimar Botega - DGIP/ SE
- André Bonifácio - DGIP/SE
- Bárbara Araújo – PESRD
- Dalila Lage Pinto – SEPLAG/MG
- Daniel Sucupira – Assessor Especial do Ministro da Saúde
- Denise Piccirilo – PESRD
- Elenilson Silva de Souza – CNS/MS
- Francisco José Dias da Silva – SESA/ES
- Gabriela D'Ávila Metzker – SEPLAG/MG
- Júlia Pessoa Guedes – SEPLAG/MG
- Júlia Vilas Boas Ornelas - SEPLAG/MG
- Kelem Freitas – Coordenador de Planejamento SMS-Mariana/MG
- Klayton Pires – PESRD
- Kleber Rangel – PESRD
- Lauro Guimarães
- Luana Cruz – SEPLAG/MG
- Luiz Fernando Prado de Miranda – SES/MG
- Maira Carvalho - PESRD
- Marcélio Costa – Prefeito de Bugre
- Marilene Romão – Representante dos Municípios de MG
- Michele Costa Laguardia – SES/MG
- Poliana Cardoso Lopes – SES/MG
- Rafael Almeida – GAB/SE/MS
- Renata Beatriz Faria de Abreu – SES/MG
- Renata França – DGIP/SE
- Sergio Rossi Ribeiro- PESRD
- Sophia Pires Bastos – SES/MG
- Thabata Coitinho – PESRD
- Tiago Brito Magalhães – PESRD
- Wellington Militao dos Santos Jr. – SES/MG

1. LEITURA DA PAUTA

1. Aprovação de Atas
2. Informes
2. Atualização do Plano de Ação do Ministério da Saúde
3. Resolução de Aprovação do Plano de Ação em Saúde de Minas Gerais

4. Instrutivo de Atualização dos Planos de Ação em Saúde
5. Aprovação da Atualização dos Planos de Ação dos Municípios

2. APROVAÇÃO DE ATAS

Foram submetidas à apreciação as atas das reuniões realizadas em 30 de outubro de 2025, 15 de janeiro de 2026 e 22 de janeiro de 2026.

Luiz Fernando Prado de Miranda registrou agradecimento pela incorporação das sugestões encaminhadas pelo Estado de Minas Gerais e reforçou a importância do envio prévio das minutas com maior antecedência.

Sérgio Rossi Ribeiro ressaltou a necessidade de alinhamento quanto ao formato das atas, especialmente diante do elevado volume de reuniões e da necessidade de conferência nominal das falas registradas.

Não havendo manifestações contrárias, as atas foram aprovadas.

3. INFORMES GERAIS

3.1. INTEGRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ANEXO 8

Sérgio Rossi Ribeiro apresentou informe acerca das tratativas relacionadas à integralização dos recursos do Anexo 8.

Foi relatado que, desde o segundo semestre de 2025, ocorreram reuniões entre União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas, em busca de consenso sobre a interpretação e operacionalização da integralização dos recursos.

Informou-se que, diante da ausência de consenso entre as partes, o Ministério da Saúde, juntamente com o Governo do Espírito Santo, Ministério Público do Espírito Santo e Defensoria Pública do Espírito Santo, comunicou formalmente o impasse ao TRF6, requerendo a instauração de processo de mediação, conforme previsto no acordo judicial.

O Comitê tomou ciência das informações prestadas.

3.2. PMQACH – MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA

O Sr. Sérgio Rossi Ribeiro informou que o Ministério da Saúde assumiu, em caráter inicial, a condução do monitoramento da qualidade da água para consumo humano, em articulação com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Foi destacado que:

- Os pontos de coleta anteriormente pactuados estão mantidos;
- Será realizada reunião técnica específica com estados e municípios para detalhamento dos fluxos operacionais;
- Ocorrerá oficina técnica sobre o Centro de Referência das Águas em 02 de junho de 2026, em Brasília.

Michelle Costa Laguardia reforçou a necessidade de alinhamento dos fluxos de acesso aos laudos e compartilhamento de informações entre estados, municípios e laboratórios.

Denise Piccirilo complementou que a oficina contará com participação de instituições técnicas e acadêmicas, incluindo UFJF, UFV, FUNASA e áreas técnicas do Ministério da Saúde.

4. ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sérgio Rossi Ribeiro apresentou as atualizações do Plano de Ação do Ministério da Saúde, esclarecendo que as alterações se concentraram, majoritariamente, em ajustes orçamentários e detalhamento de ações.

Entre os principais pontos apresentados, destacam-se:

- revisão dos valores previstos para construção e equipagem de unidades de saúde e CAPS;
- ajustes no quantitativo de ambulâncias previstas;
- substituição das policlínicas regionais previstas para a disponibilização de unidades móveis do Programa “Agora Tem Especialistas”;
- destinação de investimentos à rede hospitalar dos municípios da região atingida e Projeto Arara Zilda, para qualificação e redução de filas na região do Vale do Aço;
- desmembramento das ações de biomonitoramento, para ES e MG;
- detalhamento das ações relacionadas ao PMQACH – ações desenvolvidas pela Funasa e UFMG;
- ampliação da distribuição de kits de telessaúde para os municípios atingidos;
- detalhamento das entregas destinadas aos Conselhos Municipais de Saúde.

A Secretária Marilene Romão solicitou o registro expresso da previsão dos três Centros de Referência em Exposição a Substâncias Químicas.

Francisco, representante da SES/ES, solicitou esclarecimentos adicionais sobre o funcionamento das carretas de especialidades e sobre os fluxos de atendimento nos municípios de pequeno porte.

Luiz Fernando Prado de Miranda apresentou considerações técnicas acerca da necessidade de alinhamento regional dos novos serviços propostos, especialmente quanto a:

- previsão da construção de CAPS;

- centros de parto normal;
- perfil assistencial dos hospitais previstos;
- esclarecimentos sobre o projeto Arara Zilda
- compatibilização com as pactuações regionais existentes;
- definição dos municípios beneficiários das ações.

Foram feitos os devidos esclarecimentos sobre a substituição das policlínicas pelas carretas do Programa "Agora Tem Especialistas", informando que seriam 3 modalidades: exames de imagem, saúde da mulher e saúde oftalmológica. Foi esclarecido também que estão previstos de fato 3 centros de referência em exposição a substâncias químicas, sendo um no Hospital Universitário de Mariana/MG. Por fim, foram esclarecidas as questões sobre os alinhamentos regionais a respeito dos investimentos nos serviços de saúde, que são de fato premissas para execução dessas ações, especialmente as novas unidades previstas.

Após novas indagações sobre o processo a ser seguido na execução das ações por parte do Ministério da Saúde, foi encaminhado que serão seguidas as estratégias de diálogo e definições já existentes.

5. RESOLUÇÕES DE APROVAÇÃO DOS PLANOS ATUALIZADOS DE MINAS GERAIS E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Foram apresentadas as resoluções que aprovam as atualizações dos planos de ação de Minas Gerais e do Ministério da Saúde. No entanto, como o estado de Minas Gerais pleiteou novas atualizações no respectivo Plano de Ação, foi solicitado ao representante mineiro que apresentasse as novas atualizações propostas, o que foi prontamente atendido. Na sequência, as resoluções foram aprovadas.

Além disso, o presidente da Câmara Técnica informou sobre a aplicação de um questionário aos municípios sobre a execução das respectivas ações previstas e fez um alerta sobre a gravidade dos resultados que estão aparecendo nessa análise, e sobre a falta de correlação entre os planos de ação do PES Rio Doce e os planos municipais.

6. APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO – MUNICÍPIO DE MARIANA

No período da tarde, foi iniciada a análise das solicitações de atualização dos planos municipais de ação em saúde.

A Secretária Municipal de Saúde de Mariana, Sra. Marilene Romão, apresentou as alterações propostas no Plano Municipal, com apoio da equipe técnica municipal.

A apresentação foi conduzida pela Sra. Kelem Freitas, que detalhou os remanejamentos orçamentários entre ações do plano, incluindo:

- Ampliação de recursos destinados à aquisição de medicamentos, insumos e materiais médico-hospitalares;
- Reforço da rede diagnóstica municipal;

- Ampliação do custeio das equipes médicas;
- Ajustes textuais em ações relacionadas ao atendimento de pacientes diabéticos;
- Redução parcial de recursos previstos para construção do Centro de Diagnóstico Municipal;
- Ampliação de recursos destinados à desapropriação e reforma de imóvel para instalação da sede da Secretaria Municipal de Saúde.

Após análise técnica do Ministério da Saúde, foi informado não haver óbices à aprovação da atualização do plano.

Não havendo manifestações contrárias, foi aprovada a atualização do Plano de Ação em Saúde do Município de Mariana, por meio da Resolução CET nº 67/2026.

7. ANÁLISE DAS DEMAIS SOLICITAÇÕES DE ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS

Na sequência, foram apresentados os pareceres preliminares sobre os pedidos de atualização encaminhados pelos municípios.

Sérgio Rossi Ribeiro esclareceu que:

- Os recursos transferidos em 2025 seguiram dotações orçamentárias específicas praticadas pelo Ministério da Saúde;
- A partir de 2026 haverá ação orçamentária própria do Programa Rio Doce, permitindo maior flexibilidade para execução dos planos;
- Alguns municípios necessitariam adequar os remanejamentos às limitações das dotações de 2025.

Foram apresentados os seguintes municípios:

Bugre

Solicitou remanejamentos internos entre ações de custeio, observando as limitações orçamentárias vigentes.

Foi identificada uma incompatibilidade, mas o Prefeito Marcélio Costa informou que o município providenciou os ajustes necessários conforme orientação técnica recebida.

Naque

Solicitou alterações relacionadas à aquisição de veículos, equipamentos, reforma e ampliação de laboratórios, contratação de profissionais e fortalecimento da vigilância em saúde.

A proposta foi considerada compatível com os critérios estabelecidos.

Coronel Fabriciano

Solicitou alteração do local de construção de Unidade Básica de Saúde, anteriormente prevista para o bairro Serra Azul e transferida para o bairro Sílvio Pereira.

Bom Jesus do Galho

Solicitou inclusão expressa de consultas especializadas em ação já existente voltada à ampliação da oferta de exames e procedimentos.

Alpercata

Solicitou atualização textual relacionada à construção de obra pública de saúde.

Conceição da Barra

Apresentou atualização envolvendo contratação de especialistas, vigilância em territórios prioritários, locação de veículos, aquisição de equipamentos e custeio de profissionais.

Foi informado que, dos 13 pedidos recebidos, sete encontravam-se aptos para aprovação imediata. Os demais seriam encaminhados para análise em grupos de trabalho específicos.

Não havendo manifestações contrárias, foram aprovadas as seguintes resoluções:

- Resolução CET nº 65/2026 - Plano de Ação do Ministério da Saúde
- Resolução CET nº 66/2026 – Plano de Ação do Estado de Minas Gerais
- Resolução CET nº 67/2026 – Mariana;
- Resolução CET nº 68/2026 – Naque;
- Resolução CET nº 69/2026 – Coronel Fabriciano;
- Resolução CET nº 70/2026 – Bom Jesus do Galho;
- Resolução CET nº 71/2026 – Alpercata;
- Resolução CET nº 72/2026 – Bugre;
- Resolução CET nº 73/2026 – Conceição da Barra.

8. INSTRUTIVO PARA ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS

Sérgio Rossi Ribeiro apresentou minuta de resolução contendo orientações para atualização dos Planos Municipais de Ação em Saúde.

Foi esclarecido que:

- O documento consolida procedimentos já previstos nas competências da Câmara Técnica e do Comitê Especial Tripartite;
- Não se trata de alteração regimental;
- As contribuições apresentadas anteriormente pelo Estado de Minas Gerais foram, em sua maioria, incorporadas ao texto.

Gabriela D'Ávila Metzker questionou se as análises já realizadas observavam os critérios previstos no instrutivo.

Sérgio Rossi Ribeiro esclareceu que os municípios analisados já haviam protocolado suas solicitações anteriormente e que as avaliações seguiram os parâmetros técnicos posteriormente consolidados no documento.

Júlia Pessoa Guedes solicitou que futuras documentações sejam compartilhadas com maior antecedência, a fim de permitir análise prévia mais detalhada pelos entes da governança.

Por fim, Sérgio Rossi Ribeiro informou ainda que a plataforma digital dos Planos de Ação foi restabelecida e passará a ser utilizada para formalização dos processos de atualização.

Foram feitos alguns questionamentos sobre o instrutivo, todos esclarecidos, e a resolução sobre a atualização dos planos municipais, com o respectivo instrutivo, foi aprovada.

9. ENCAMINHAMENTOS

1. Publicação das atas aprovadas no portal do Programa Especial de Saúde do Rio Doce;
2. Compartilhamento do link da plataforma digital dos Planos de Ação;
3. Realização de reunião técnica específica sobre o PMQACH com estados, municípios e instituições parceiras;
4. Realização da oficina técnica do Centro de Referência das Águas em 02/06/2026;
5. Encaminhamento dos planos municipais pendentes para grupos técnicos de trabalho;
6. Publicação das Resoluções CET nº 67 a nº **74**/2026.
7. **Estado de Minas Gerais: encaminhar proposta de formalização da atualização dos Planos de Ação estaduais e federal;**
8. **CORIDOCE: fazer a interlocução com os municípios que ainda não responderam o questionário de monitoramento (São Mateus, Naque, Pingo D'água, Santa Cruz do Escalvado e São José do Goiabal).**